

GERÊNCIA EM SAÚDE
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

Maria Eduarda Silva de Sousa

A DISCIPLINA OFICINA DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL COMO
COMPONENTE CURRICULAR DA EPSJV: COMO CONSTRUIR HABILIDADES DE
LEITURA E ESCRITA PARA OS ALUNOS

RIO DE JANEIRO

2019

Maria Eduarda Silva de Sousa

A DISCIPLINA OFICINA DE LEITURA E PRODUÇÃO TEXTUAL COMO
COMPONENTE CURRICULAR DA EPSJV: COMO CONSTRUIR HABILIDADES DE
LEITURA E ESCRITA PARA OS ALUNOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
como requisito parcial para aprovação no Curso
Técnico de Nível Médio em Saúde com Habilitação
Técnica em Gestão em saúde.

Orientador: Jonathan Moura

RIO DE JANEIRO

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz) por todo apoio e por proporcionarem um ambiente propício para o desenvolvimento do meu trabalho de conclusão de curso.

Agradeço ao meu orientador pelo empenho dedicado à elaboração deste trabalho, pela orientação, apoio e confiança.

Agradeço aos meus amigos por me apoiarem e por sempre estarem presentes me dando todo suporte possível.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 História da Educação no Brasil	7
1.1 A constituição da disciplina Língua Portuguesa.....	11
1.2 História da Leitura.....	14
1.3 História da Escrita.....	17
2 Oficina de Leitura e Produção Textual	19
2.1 Análise de Dados.....	21
2.2 Comparando Questionários.....	28
CONCLUSÃO	29
REFERÊNCIAS	30

RESUMO

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância da leitura na vida dos jovens e como a mesma é um instrumento fundamental na nossa vida acadêmica, trazendo isso para dentro das salas de aulas através de uma disciplina ofertada, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, unidade técnico-científica da Fundação Osvaldo Cruz, cujos professores podem criar práticas pedagógicas para contribuir na construção de jovens leitores e escritores. A importância desta pesquisa está ligada à dinâmica da educação e de como deixamos passar despercebidas ideias e práticas que podem auxiliar jovens que não gostam de ler e escrever ou que não possuem esses hábitos. Este trabalho está direcionado, principalmente, para uma reflexão do fazer pedagógico e de como criar estratégias que auxiliem na construção de jovens leitores, proporcionando também a competência da escrita a eles. A disciplina Oficina de Leitura e Produção Textual é um componente curricular que surgiu no ano de 2012 com o intuito de oferecer suporte aos alunos que encontram dificuldades na escrita e na leitura. Esta aborda diferentes gêneros textuais, temas relevantes e atuais, debates e trabalha com a ideia de que leitura é algo muito mais além, ou seja, não se resume apenas a textos.

Palavras-chaves: leitura; escrita; ensino para jovens.

INTRODUÇÃO

A importância da leitura dentro da sala de aula, atualmente, deve ter uma atenção maior, pois é um dos grandes desafios com o qual professores se deparam devido a uma diversidade de dificuldades encontradas no Ensino Fundamental Básico e a falta de incentivo ao criar e desenvolver um hábito de leitura com os alunos. Ao enfrentar esse desafio, devemos analisar e descobrir maneiras em que a escola possa ter uma participação na construção desses leitores e como os professores podem incentivar este hábito. A escola e seus professores devem desenvolver uma prática pedagógica eficiente para a realização de atividades de leitura e de escrita, um trabalho como este só pode ser satisfatório se os professores gostarem de escrever e se, acima de tudo, forem bons leitores, porque um professor que não lê e não produz seus textos, irá encontrar dificuldade em trabalhar com a leitura e a escrita com sucesso. O processo de aprendizagem não se dá somente pelo professor, sendo possível que o aluno já traga um ensinamento de casa, ou seja, o letramento familiar.

Em seu livro “A Importância do Ato de Ler”, o autor, Paulo Freire, faz a seguinte colocação:

A leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por certa forma de ‘escrevê-lo’ ou de ‘reescrevê-lo’, quer dizer, de transformá-lo através da nossa prática consciente. (FREIRE, 2008, P.11)

No trecho acima, Freire sintetiza que a leitura dos livros é precedida pela leitura da vida. Cada ser humano tem experiências diferenciadas, portanto, cada um tem uma forma de interpretar determinada situação, conforme os padrões da construção de ideias presentes na realidade em que cada indivíduo se encontra inserido na sociedade.

Ao longo do letramento escolar, a leitura teve uma menor aproximação na vida dos jovens, segundo o Portal do Estado de São Paulo. Este estudo, feito pelo Ibope Inteligência, é desenvolvido pela ONG Ação Educativa e pelo Instituto Paulo Montenegro, sendo a taxa de analfabetismo calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Três em cada dez jovens e adultos de 15 a 64 anos no País – 29% do total, o equivalente a cerca de 38 milhões de pessoas – são considerados analfabetos funcionais. Esse grupo tem muita dificuldade de entender e se expressar por meio de letras e números em situações cotidianas, como fazer contas

de uma pequena compra ou identificar as principais informações em um cartaz de vacinação. Há dez anos, a taxa de brasileiros nessa situação está estagnada, como mostram os dados do Indicador do Alfabetismo Funcional (Inaf) 2018.

Segundo especialistas, a causa dessa diminuição de leitores seria o fato dos jovens preferirem o cinema ou a televisão aos livros, uma vez que identificam com a modernidade, a rapidez e a facilidade; ou preferem a música, esporte, que são prazeres compartilhados. Apesar dessa diminuição de leitores, é fundamental termos em mente que a leitura nos dias atuais não se resume somente ao livro físico, mas a leitura digital também, sendo esta escolhida muitas vezes pelos jovens.

Este projeto de pesquisa tem como objeto a disciplina Oficina de Leitura e Produção Textual (OLPT) lecionada na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Unidade técnico-científica da Fiocruz. Importante ressaltar de que maneira esse componente curricular trabalha a ideia de texto. A questão da leitura inserida nesta disciplina está muito além de ser apenas livros e sim uma leitura do mundo. A Oficina não propõe fazer rodas de leitura ou trabalhar com livros literários, mas possibilitar a visão de que a leitura está ligada a tudo aquilo que está ao nosso redor.

Dentro do senso comum, essa palavra nos remete a um conjunto de palavras e frases encadeadas que permitem interpretação e a transmissão de uma mensagem. No entanto, nesta disciplina, veremos que a palavra texto está muito além de apenas um conjunto de palavras, mas está relacionada a outros elementos semióticos que são interpretáveis dentro de uma textualidade e, de alguma forma, acaba apontando uma visão de mundo.

A Oficina de Leitura e Produção Textual é uma disciplina que desenvolve tanto a escrita, quanto a leitura. Neste componente curricular, não só aprendemos a analisar textos como buscamos ter uma leitura ampla e crítica do que está escrito nos diferentes tipos de gêneros textuais. Para compreendermos o objetivo da Oficina é necessário que primeiro tenhamos a ideia do que é ser um leitor. Ser um leitor é ser alguém que não se contenta apenas com a leitura superficial, e que busca acrescentar ao ato de ler algo mais além do gesto mecânico de decifrar os códigos.

De acordo com Maria Helena Martins, o processo de leitura nos acompanha desde os nossos primeiros contatos com o mundo, quando percebemos o calor e o aconchego de um berço diferentemente das mesmas sensações provocadas pelos braços carinhosos que nos enlaçam.

A luz excessiva nos irrita, enquanto a penumbra a tranquiliza. O som estridente ou um grito que nos assustam, mas a canção de ninar embala nosso sono. Uma superfície áspera desagrada, no entanto, o toque macio de mãos ou de um pano como que se

integram à nossa pele. E o cheiro do peito e a pulsação de quem nos amamenta ou abraça podem ser convites à satisfação ou ao rechaço. Começamos assim a compreender, dar sentido ao que e a quem nos cerca. Esses também são os primeiros passos para aprender a ler. (MARTINS, 2003, p.11)

Os estudos vêm revelando com cada vez mais ênfase, que aprendemos a ler apesar dos professores, ou seja, é possível termos uma concepção de leitura independente da existência de alguém nos auxiliando ou não, e que para aprender a ler e compreender o processo de leitura, não estamos desamparados, temos condições de fazer algumas coisas sozinhos e necessitamos de alguma orientação, mas uma vez propostas instruções uniformizadas, elas não raro causam mais confusão do que auxiliam. Pesquisadores da linguagem, em crescente convicção afirmam: aprendemos a ler lendo. Eu diria vivendo. (MARTINS, 2003, p.14)

Certamente aprendemos a ler a partir do nosso contexto pessoal. Quando começamos a organizar os conhecimentos adquiridos, a partir das situações que a realidade impõe e da nossa atuação nela, quando começamos a estabelecer relações entre as experiências e ao tentar resolver os problemas que se nos apresentam, com isso estamos procedendo leituras, as quais nos habilitam basicamente a ler tudo e qualquer coisa.

Esse seria, digamos, o lado otimista e prazeroso do aprendizado da leitura. Dá-nos a impressão de o mundo estar ao nosso alcance; não só podemos compreendê-lo, conviver com ele, mas até modificá-lo à medida que incorporamos experiências de leitura. (MARTINS, 2003, p.17)

Diante disto, a Oficina através de práticas pedagógicas proporciona atividades que estimulam tanto a habilidade de leitura, quanto a de escrita, mostrando como ambas são importantes e como vão estar sempre presentes em nosso cotidiano.

1- História da Educação no Brasil

Durante a colonização no Brasil, pelos portugueses, uma ordem religiosa cumpriu o papel de destaque muito importante na organização social da colônia. Essa ordem religiosa se chamava Companhia de Jesus e as pessoas que faziam parte dessa congregação é chamado de jesuítas. A Companhia de Jesus foi fundada pelo militar Santo Inácio de Loyola em plena contrarreforma, no ano de 1534, e foi criada com a finalidade de combater o movimento protestante que acontecia na Europa, tinha como lema: “Para a Maior Glória de Deus” (“*Ad Majorem Dei Gloriam*”). A congregação tinha como prioridade a atividade missionária e a educação religiosa, fato que os levou a influenciar até mesmo as Índias e o Extremo Oriente. Santo Inácio de Loyola, juntamente com um grupo de estudantes da Universidade de Paris, fez votos de obediência à doutrina da Igreja Católica e foram reconhecidos pela bula papal em 1540. (WREGGE, 1993)

Em pouco tempo, espalharam-se por Portugal, tendo sido solicitados por D. João III como missionários, e adquiriram grande influência no meio social, entre os séculos XVI e XVII. Os jesuítas dedicavam-se ao trabalho missionário e educacional, sendo em sua maioria educadores ou confessores dos reis da época, um deles foi D. Sebastião de Portugal. Os padres jesuítas tiveram um importante papel na Reforma Católica, foi deles a responsabilidade de catequizar e de recatequizar povos e nações inteiras. (WREGGE, 1993)

Os jesuítas chegaram à colônia do Brasil em 1549 liderados por Manuel da Nóbrega, juntamente a Tomé de Sousa, o primeiro governador geral enviado por Portugal. A principal função dos jesuítas, ao virem para o Brasil, era evangelizar, catequizar e tornar cristãos os indígenas que habitavam estas terras. Para que a catequização fosse realizada, era necessário que os indígenas aprendessem a língua portuguesa para a leitura de trechos bíblicos e o ensino da prática religiosa católica, um dos nomes mais conhecidos no processo de evangelização que chegaram até nós foi o do padre José de Anchieta – o padre José de Anchieta foi um padre jesuíta espanhol que atuou na catequização dos indígenas e evangelização no Brasil durante a segunda metade do século XVI. (WREGGE, 1993)

Mas os jesuítas não ensinavam apenas os indígenas, os filhos dos colonos e principalmente dos senhores de engenho, também eram educados por eles. No entanto, essa educação era um pouco diferenciada, sendo a educação dos colonos um pouco mais rígida e duramente cobrada. A educação dos indígenas era mais tradicional baseada no aprendizado dos indígenas menores com os mais velhos. (WREGGE, 1993)

Nas missões que eram locais onde os jesuítas habitavam com milhares de indígenas, serviu para que os mesmos mudassem os hábitos daquele povo e passassem a viver de acordo com a cultura europeia. O projeto educacional jesuítico não era apenas algo ligado à catequização, mas a algo bem mais amplo, um projeto de transformação social, pois tinha como função implementar mudanças radicais na cultura indígena brasileira. (Neto & Maciel, 2008, p.173)

A atuação dos jesuítas no Brasil foi dividida entre o anúncio da fé católica por meio da catequese dos índios e a atividade educativa, realizada com base nas orientações do *Ratio Studiorum* (Plano e Organização de Estudos da Companhia de Jesus), aprovada no final do século XVI, composto por um conjunto de regras que compreendiam o trinômio estudar, repetir e discutir; prescrito nas regras do reitor do colégio, que surgiu com a necessidade de unificar o procedimento pedagógico dos jesuítas, sendo os responsáveis pela implantação da educação formal em terras brasileiras, tornando a educação proposta como sinônimo de catequese e evangelização, com o uso de novas metodologias, como podemos ver abaixo:

De fato, os jesuítas empreenderam no Brasil uma significativa obra missionária e evangelizadora, especialmente fazendo uso de novas metodologias, das quais a educação escolar foi uma das mais poderosas e eficazes. Em matéria de educação escolar, os jesuítas souberam construir a sua hegemonia. Não apenas organizaram uma ampla „rede“ de escolas elementares e colégios, como o fizeram de modo muito organizado e contando com um projeto pedagógico uniforme e bem planejado, sendo o *Ratio Studiorum* a sua expressão máxima. (SANGENIS, 2004, p.93)

Assim, durante os 210 anos que os jesuítas permaneceram no Brasil, eles fizeram toda uma organização do sistema educacional que compreendia desde o ensino mais básico até cursos superiores para a formação de sacerdotes. E somente em 1759, foram expulsos de suas colônias pelo Marquês de Pombal, devido às divergências entre os interesses da Coroa e dos padres católicos. Nesse novo período, a educação no Brasil, antes administradas pelos jesuítas, passou a ser de responsabilidade do Estado Português, o qual criou uma nova estrutura educacional, chamada *Aulas Régias*, isto é, aulas que eram ministradas por professores nomeados pelo governo, e tinham por objetivo preencher a lacuna deixada pelos jesuítas de secularizar o ensino e preparar uma elite necessária para atuar com fins econômicos, administrativos, culturais e políticos, pelo qual ansiava o Estado. A intenção seria, nesse momento, a de transformar a educação, consolidada no ato de fé, em uma educação em defesa dos interesses políticos e econômicos do Estado. Estado português eliminou o sistema organizado pelos jesuítas e fez com que a educação brasileira no início do século XIX fosse

praticamente inexistente, com práticas inadequadas. Esse cenário é modificado em 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, com a criação de escolas de medicina, bibliotecas, imprensa e academias militares, permitindo uma nova ruptura com a situação anterior. O Brasil finalmente passa a ter uma complexidade maior em níveis políticos, culturais e econômico. A educação, no entanto, continuou tendo uma importância secundária.

A partir do ano de 1889 com a saída da família real do Brasil, Marechal Deodoro da Fonseca proclama a Primeira República na qual a educação tornou-se prioridade para o Estado, que já vinha sofrendo pressões do próprio povo que desejavam mudanças estruturais no ensino. Após passados dois anos, em 1891, é promulgada a Primeira Constituição do período republicano que priorizava o ensino leigo nas escolas públicas em oposição ao ensino religioso que predominou todo o período colonial. Assim o país entra no século XX realizando diversas reformas educacionais na qual cada estado elaborava a sua, de acordo com a necessidade e realidade do local. Essas reformas tentam reconduzir a educação para novos métodos de ensino.

Em 1930 (Segunda República), Getúlio Vargas assume o poder como presidente provisório e dissolve o congresso. Neste mesmo tempo, a mão de obra especializada torna-se uma exigência, deixando o estudo de clássicos e literários da educação em segundo lugar. No mesmo ano é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e em 1931 é implantada a Reforma Francisco Campos que organizou de forma efetiva o ensino secundário e superior no Brasil.

Estabeleceu definitivamente o currículo seriado, a frequência obrigatória, o ensino em dois ciclos: um fundamental, com duração de cinco anos, e outro complementar, com dois anos, e ainda a exigência de habilitação neles para o ingresso no ensino superior. Além disso, equiparou todos os colégios secundários oficiais ao Colégio Pedro II, mediante a inspeção federal e deu a mesma oportunidade às escolas particulares que se organizassem, segundo o decreto, e se submetessem à mesma inspeção. A situação política confusa neste início de década, a insatisfação das massas, o descontentamento de setores políticos, levam o governo federal a não tomar medidas imediatas que visassem uma organização de plano de governo. E a demora de tomada de medidas no campo educacional leva o descontentamento àqueles educadores que participaram das reformas na década de 20, os quais assinam, em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

Depois de governar de forma provisória por 4 anos, em 1934 Getúlio foi eleito como presidente pelo congresso que também promulga a Terceira Constituição Brasileira. A Constituição de 1934 dispõe que pela primeira vez a educação é direito para todos, devendo ser disponibilizado pelo governo e pela família. A Constituição de 1934 dedica um capítulo à

educação e atribui à União a competência privativa de traçar as diretrizes educacionais do país. Criam-se os Conselhos Nacional e Estaduais de Educação, determina-se um mínimo de verbas a serem aplicadas para o ensino, reconhecimento da Educação como direito de todos, obrigatoriedade do ensino primário, assistência social e bolsas de estudo aos alunos. Fazendo uma análise do texto da Constituição de 1934, veremos muitos pontos contraditórios, em que as diretrizes estabelecidas "ficam no papel", já que diversas interpretações podem ser feitas de um determinado artigo, devido à falta de clareza e objetividade.

A influência da escola novista foi marcante e a ação de educadores, como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, trouxeram para a realidade educacional brasileira, ideias e técnicas pedagógicas dos Estados Unidos da América, representadas pela filosofia educacional de John Dewey. Em 1937, é implementada uma nova forma de governo chamado Estado Novo (período que ficou marcado no campo político, por um governo ditatorial).

A educação brasileira passa por mudanças significativas após 1945 com o fim do Estado Novo, quando Vargas é deposto por um movimento militar e em seguida instituída a Nova República. Entre essas mudanças significativas, destaca-se o surgimento em 1951 da atual Fundação CAPES (Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior), a instalação do Conselho Federal de Educação (1961), campanhas e movimentos de alfabetização de adultos, além da expansão do ensino primário e superior.

A história mostra que a educação escolar no Brasil nunca foi considerada como prioridade nacional: ela serviu apenas a uma determinada camada social, em detrimento das outras camadas da sociedade que permaneceram iletradas e sem acesso à escola. Mesmo com a evolução histórico-econômica do país (...); mesmo tendo, ao longo de cinco séculos de história, passado de uma economia agrária-comercial-exportadora para uma economia baseada na industrialização e no desenvolvimento tecnológico; mesmo com as oscilações políticas e revoluções porque passou, o Brasil não priorizou a educação em seus investimentos político-sociais e a estrutura educacional permaneceu substancialmente inalterada até nossos dias, continuando a agir como transmissora da ideologia das elites e atendendo de forma mais ou menos satisfatória apenas a uma pequena parcela da sociedade. (RIBEIRO, 1990, p.15)

Quando se faz propostas educacionais, é necessário que se conheça toda a história percorrida até nossos dias, para que se crie a partir dos resultados dos trabalhos que foram desenvolvidos até o presente, para que os erros cometidos não se repitam, e os aceitos, de antigamente, sirvam de base para que se amadureçam as propostas educacionais. Não se pode ignorar a bagagem educacional que o tempo nos concedeu, pois, se assim o fizermos, estaremos regredindo historicamente.

1.1 A constituição da disciplina de Língua Portuguesa

Paralelamente à história de como o ensino foi desenvolvido no Brasil, poderemos pensar sobre como a disciplina de Língua Portuguesa pode ser pensada no processo de história do Brasil. Para isso, começamos com uma citação da professora Magda Soares, na qual reflete sobre o processo de escolarizar determinado conhecimento, com a palavra a professora:

Extrair de uma área de conhecimento uma “disciplina curricular” é, fundamentalmente, escolarizar esse conhecimento, ou seja, é instituir um certo saber a ser ensinado e aprendido na escola, um saber para educar e formar através do processo de escolarização. (SOARES, 2004, p.155)

Através deste trecho é possível entender que retirar de uma área de conhecimento uma disciplina curricular é, de certa forma, ensinar ou ser alvo de um processo de aprendizagem escolar.

Uma disciplina que nós, brasileiros, estamos muito familiarizados e que teve a inclusão tardia no currículo escolar foi a “Língua Portuguesa” ou “Português”. Tal fato ocorreu somente nas últimas décadas do século XIX, já no fim do Império. No início, a língua portuguesa estava muito afastada não só do currículo escolar, mas também, de certa forma, do próprio convívio social. Este fato é ligado ao Brasil colonial onde existiam três línguas, no entanto, não era a principal:

Ao lado do português trazido pelo colonizador, codificou-se uma língua geral, que recobria as línguas indígenas faladas no território brasileiro (estas, embora várias, provinham em sua maioria, de um mesmo tronco, o tupi, o que possibilitou que se condensassem em uma língua comum); o latim era a terceira língua, pois nele se fundava todo o ensino secundário e superior dos jesuítas. (SOARES, 2004, p.157)

O português era aprendido na escola não como componente curricular, mas como instrumento de alfabetização. No período colonial, a necessidade habitual dos portugueses, indígenas e dos indígenas falantes de diferentes línguas se comunicarem era grande e a língua utilizada era o latim, para a catequização e para evangelização, era utilizada a língua geral estruturada pelos jesuítas, particularmente por José de Anchieta (Soares, 2004).

Somente nos meados do século XVIII com as reformas conduzidas pelo Marquês de Pombal, com o objetivo de garantir poder sobre as colônias, influência nas condições de constituição da disciplina ao tornar obrigatório o uso da língua portuguesa no Brasil e proibir o uso de outras línguas (inclusive as línguas africanas). Porém, tal como concebido pela reforma,

o objetivo de saber ler e escrever em português, bem como de conhecer sua gramática, tinha ainda caráter instrumental, isto é, tornar possível o aprendizado da gramática latina. No Brasil, a gramática e retórica prevaleceram do século XVI ao XIX:

Em primeiro lugar, os poucos que se escolarizavam durante esse período pertenciam a camadas privilegiadas, cujo interesse e objetivo era seguir o modelo educacional da época, que se fundava na aprendizagem do latim e através do latim, fugindo à tradição dos sistemas pedagógicos de então atribuir às línguas nacionais estatuto de disciplina curricular; em segundo lugar, português como se disse acima, não era a língua dominante no intercâmbio social, não havendo, por isso, razão ou motivação para instituí-lo em disciplina curricular. (SOARES, 2004, p.158)

Embora várias ortografias e gramáticas tenham sido produzidas ao decorrer do século XVII, o português ainda não se encontrava em área de conhecimento em condições de gerar uma disciplina, ou seja, não havia condições internas e nem externas que decorriam de seu pouco uso no intercurso verbal e de seu pouco valor como bem cultural. Somente durante as primeiras quatro décadas do século XX, com a perda do valor de ensino do latim, assumiu autonomia o ensino da gramática do português:

A retórica também sofre modificações no período, quando se substituiu, como objetivo da disciplina, o falar bem, algo já não tão valorizado socialmente, pelo escrever bem, então exigência social. (PIETRI, 2010, p.73)

Em 1950 inicia-se a real modificação no conteúdo da disciplina Língua Portuguesa em função da progressiva transformação nas condições sociais e culturais e das possibilidades de acesso à escola, o que exigiu reformulação das funções e objetivos dessa instituição.

Se até então, durante as quatro primeiras décadas do século XX, gramática e coletânea de textos constituíam dois materiais didáticos independentes, a partir da década de 1950, gramática e texto, estudo sobre a língua e estudo da língua começam, afirma Soares (idem), a constituir realmente uma disciplina com conteúdo articulado. (PIETRI 2010, p.74)

Desse modo, um processo que se iniciou em 1950 e consolidou-se na década de 1960 a integração de gramática e livros de textos faz-se de forma avançada e os manuais passam a apresentar exercícios de vocabulário, de interpretação, de redação e de gramática. Surge nos anos de 1970 uma necessidade em contratar um maior número de professores devido a democratização do acesso à escola.

A esse fator associam-se a necessidade de formação de professores em grande número para atender à demanda produzida; a implementação ainda recente dos cursos de letras nas faculdades de Filosofia; as mudanças no caráter interno da disciplina língua

portuguesa, com a gramática adquirindo primazia em relação aos demais conteúdo da disciplina; e a dependência cada vez maior do professor em relação ao autor do livro didático. (PIETRI, 2010, p.74)

Segundo Soares, quando a ditadura militar interfere nas décadas de 1960 e 1970 algumas mudanças importantes ocorrem em relação ao ensino em geral, e ao ensino de Língua Portuguesa em particular. Assim, durante esse período, a educação foi colocada a serviço do que se denominou desenvolvimento. O ensino passou a ser pragmático e utilitário, ou seja, não se trata mais de estudo sobre a língua ou estudo da língua, mas de desenvolvimento do uso da língua, como coloca Pietri:

Que se fundamentaria a partir de então em elementos da teoria da comunicação. Nesse novo contexto, o aluno seria visto como um emissor-receptor de códigos os mais diversos, e não mais apenas do verbal. (PIETRI, 2010, p.74)

Foi neste contexto que também surgiu a polêmica (que se mantém atual) sobre ensinar ou não ensinar gramática no ensino fundamental. Ocorreu também a ampliação do conceito de leitura não mais apenas voltada para a recepção do texto verbal, mas também do não verbal (textos de jornais e revistas, historinhas em quadrinho, publicidade, humor passam e a escolha dos textos para uso no ensino não mais se faria exclusivamente segundo critérios literários, mas segundo a intensidade de sua presença nas práticas sociais,

Seria um momento, portanto, em que não se encontraria em plena vigência o que se convencionou denominar ensino tradicional, isto é, o ensino fundamentado numa variedade única da língua (a escrita literária), representada na gramática normativa da língua portuguesa. (PIETRI, 2010, p.74)

Segundo Soares, essas mudanças ocorreriam até a segunda metade dos anos 1980 nas quais foram eliminadas as denominações: *comunicação*, *expressão e comunicação em língua portuguesa* e recuperada a denominação *português*, para a disciplina dos currículos de ensino fundamental e médio.

Provavelmente ainda mais fundamental que as contribuições acima tem sido a influência que vem sendo exercida sobre a disciplina português concomitantemente pela pragmática, pela teoria da enunciação, pela análise do discurso; influência fundamental, porque traz, basicamente uma nova concepção de língua: uma concepção que vê a língua como enunciação, não apenas como comunicação, que, portanto, inclui as relações da língua com aqueles que a utilizam, com o contexto em que é utilizada, com as condições sociais e históricas de sua utilização. Essa nova concepção vem alterando em sua essência o ensino da leitura, da escrita, as atividades de prática da oralidade, e até mesmo o ensino da gramática. (SOARES, 2004, p.173)

Dessa forma, Magda Soares apresenta que a materialidade da língua que é vista, de maneira pueril, como forma de comunicação não pode ser tão instrumental, ou seja, que sirva apenas para isso. A concepção de língua trazida pelas novas vertentes da linguística – Pragmática, Teoria da Enunciação e Análise de Discurso – estabelece uma relação em que se leva em consideração a materialidade linguística, mas também os sujeitos, o contexto, a época, em suma, as condições de produção para que os sentidos sejam constituídos. Essa reflexão possui uma interferência no processo de leitura e em como os textos são lidos.

1.2 História da Leitura

A constituição da disciplina Língua Portuguesa está fortemente associada ao processo de colonização do Brasil, primeiro a necessidade de catequização de índios estabeleceu, já que os jesuítas precisavam aprender a língua geral (língua semelhante ao Tupi) para depois ensinarem o português; paralelamente, por conta do comércio escravagista no qual colocavam pessoas negras oriundas de diversos lugares do continente africano, as pessoas negras precisaram aprender a falar o português que era através do contato. (Orlandi, 1990)

Já o segundo momento, coloca-se com a vinda da família real portuguesa para o Brasil e uma expansão das instituições como: escolas, faculdades, imprensa, etc. A língua portuguesa foi sendo imposta como a língua a ser falada, mesmo havendo uma heterogeneidade de pessoas que vão dos povos indígenas, passando pelos negros africanos e os europeus, de diversos lugares, que vinham ao Brasil fazer comércio. Dessa maneira, a leitura foi colocada de forma ora obrigatória para o aprendizado de uma língua estrangeira, é o caso dos indígenas, ora com o intuito de formação para os filhos de uma elite letrada no Brasil. (Orlandi, 1990)

Dando um salto temporal, a leitura foi se estabelecendo com a história da literatura. Primeiro momento no século XVIII, com as canções, depois com os folhetins no século XIX, e por fim numa consolidação da literatura brasileira. Zilberman aplica:

Pode-se conceber uma história da leitura de maneira mais simples, enquanto mero relato da progressão cronológica das obras escritas. Essa aceção, ainda que singela, impõe de imediato certas condições; a primeira é a de existir a escrita, reconhecida pela sociedade enquanto um de seus possíveis meios de comunicação; outra, é a de obras produzidas terem se tornado públicas, vale dizer, socializadas. Da sua parte, essa socialização decorre de algumas providências, como a de possibilitar o acesso à escrita por parte dos membros da sociedade, o que implica também o estabelecimento de uma instituição encarregada de fazê-lo: a escola, que, de seu lado, carece de pessoal qualificado para desempenhar a tarefa de decodificar letras e alfabetizar - o que corresponde à leitura. (ZILBERMAN, s.d., p.1)

A história da leitura se avança muito mais para além do texto, vai lidar com uma instituição (escola) que atua sujeitos habilitados a exercer funções pedagógicas, uma técnica (escrita) que é reconhecida e aceita pela comunidade estando presente nas relações familiares, sociais ou econômicas e uma tecnologia tendo como principal objetivo fixar a escrita em um meio físico permanente. O meio físico pode variar com o tempo, ou seja, o que antes foi originado no barro onde se guardavam as anotações foi tendo mudanças ao longo da história.

Essas alterações supuseram interferências de novas técnicas para exploração dos recursos naturais, de que resultou a expansão dos meios para fixação da escrita, bem como o barateamento da produção e as facilidades de circulação. Modificaram-se igualmente as formas do objeto que transportava a escrita - dos rolos de pergaminho ao formato retangular do livro impresso em papel, até, nesse final de milênio, o quadrado de plástico que identifica os disquetes ou os círculos de alumínio dos CD, a que se tem acesso por intermédio de programas em linguagem eletrônica, decifradas por um editor de texto. (ZILBERMAN, s.d., p.1)

Logo, a história da leitura fundamenta-se na história de possibilidade de ler. A atividade que a escola exerce, somada juntamente com o alargamento da escrita enquanto forma socialmente aceita de circulação de bens e à expansão dos meios de impressões, possibilita a existência de sociedade leitora. Para que isso ocorra, é necessário:

- Que a escola seja atuante, isto é, que se valorize a educação enquanto fator de ingresso à sociedade e ascensão;
- Que a escrita seja, ela mesma, considerada um bem, propriedade que atesta a existência de outras propriedades (talvez não seja um acaso que se assegure a propriedade por intermédio de uma escritura, que o dinheiro circule como papel e se traduza em investimentos - letras);
- Que se julgue a impressão de textos escritos um negócio lucrativo. (ZILBERMAN, s.d., p.2)

Sendo assim, leitura consolida-se como prática, nas suas várias compreensões. Um produto da escola, com um critério para que o indivíduo possa participar e ingressar na sociedade, veio ser valorizada como ideia, por distinguir o homem alfabetizado e culto do analfabeto ignorante.

A leitura passou a distinguir, mas afastou o homem comum da cultura oral; nesse sentido, cooperou para acentuar a clivagem social, sem, contudo, revelar a natureza de sua ação, pois colocava o ato de ler como um ideal a perseguir. O ainda não leitor apresenta-se na situação primitiva de falta, que lhe cumpre superar, se deseja ascender ao mundo civilizado da propriedade, por consequência, do dinheiro e da fortuna. Não é coincidência que apenas dois tipos de seres ficam de fora do mundo da leitura, qualificados de frágeis e ineptos, até ingressarem na escola: a criança e o "homem do povo". Ambos recebem o mesmo qualificativo: são analfabetos, mas o primeiro pode transformar a carência em plenitude, desde que educado. Espera-se o mesmo do segundo, seguidamente estereotipado de modo pueril até mudar sua situação, para o que intervêm os ensinamentos que recebe. (ZILBERMAN, s.d., p.2)

A leitura não constitui somente uma ideia, mas contém também um formato mais concreto:

Assumindo contornos de imagem, formada por modos de representação característicos, expressões próprias e atitudes peculiares. A ela pertencem gestos, como o de segurar o livro, sentar e escrever, inclinar-se, colocar os olhos. Faz parte igualmente dessa representação a alusão a resultados práticos, mensuráveis em comportamentos progressistas. (ZILBERMAN, s.d., p.3).

A história da leitura no Brasil agrega a trajetória das instituições encarregadas de apoiar. A principal é a literatura, que tem seu lugar na história da leitura. Essa não apenas considera a existência das obras escritas, mas também de concepção de Literatura.

A história da literatura no Brasil corresponde ao processo dessa institucionalização, difícil e penosa. O processo se particulariza, quando lembramos que pertence à história da literatura brasileira a permanente busca de sua própria identidade. (ZILBERMAN, s.d., p.5).

Ao analisarmos a história da Literatura e suas diferentes perspectivas, observamos que a história da leitura cumpre seu papel concretizando o funcionamento do aparelho cultural e dando nitidez ao seu caráter.

Por outro lado, uma história da leitura - e, portanto, seu braço direito, a história da literatura - se corresponde com a história da educação. Graças a essa associação, indica quão próxima a literatura, abrindo mão da aura que a sociedade burguesa, via institucionalização, lhe confere, está do ensino, da sala de aula e do professor. (ZILBERMAN, s.d., p.7)

O papel da escola é fundamental no processo de constituir o espaço de aprendizagem, valorização e fortalecimento da leitura, colaborando com o processo de aprovação da literatura e da escrita no mundo.

1.3 História da Escrita

Assim como a história da leitura teve sua importância, devemos ter em mente que a mesma, ao longo do tempo também esteve ligada a história da escrita, possuindo ambas um papel fundamental na formação da educação no Brasil.

Analisando o período histórico do Brasil, a partir da colonização, no século XVI, com a vinda dos jesuítas em 1549, percebemos que nesse período, inicia-se no Brasil o processo de alfabetização, ou seja, o ensino de primeiras letras, dos nativos e dos filhos dos colonos. Com a educação jesuítica, a preocupação era estabelecer escolas e ensinar as crianças a ler, escrever, a contar e a cantar. (BRITO, s.d., p.4)

Neste trecho é possível observar que o processo de alfabetização no Brasil se dá a partir da chegada dos jesuítas, onde foram ensinadas as primeiras letras aos filhos dos nativos e dos colonos.

Segundo Azevedo (1976), quinze dias depois de chegarem os jesuítas, já funcionava uma escola de ler e escrever, início daquela sua política de instrução, que eles haviam de manter inalterável através dos séculos de abrir sempre uma escola onde quer que se erigissem uma igreja. (BRITO, s.d., p.4)

Diante disto, notamos que o principal objetivo de alfabetização dos jesuítas era catequizar os índios tendo como base a cultura europeia e a religião cristã. Eles tiveram domínio exclusivo sobre a educação colonial por 210 anos.

Mesmo que os jesuítas tenham concentrado sua política educacional na educação de uma elite religiosa, eles iniciaram com a alfabetização dos filhos dos índios e dos colonos. Dessas atividades surgiram dois tipos de escolas: a escola de ler e escrever e o colégio. (BRITO, s.d., p.4)

Com o surgimento dos dois tipos de escolas ficou decidido que a escola de ler e escrever iria se limitar a ensinar boas maneiras e a técnica da leitura e da escrita. O colégio iria ensinar principalmente moral, filosofia e línguas clássicas, tendo depois como opção o estudo de Teologia, Direito ou Medicina, dirigida pelos jesuítas.

Essa orientação do sistema educacional, segundo Berger (1972), destinava-se a oferecer aos filhos das famílias influentes uma educação clássica, humanística, acadêmica e abstrata, que era o ideal para aquela época. O financiamento e a administração do sistema escolar eram feitos pelos jesuítas, segundo a Ordem. As diretrizes pedagógicas baseavam-se nas prescrições ortodoxas do *Ratio Studiorum*. (BRITO, s.d., p.5)

Segundo o dicionário da Língua Portuguesa, alfabetização significa a ação de alfabetizar, ou seja, difusão do ensino primário, restrita ao aprendizado da leitura e escrita rudimentar.

Para Soares (2009), alfabetização é a ação de alfabetizar, de tornar alfabeto. Alfabetizar é ensinar a ler e a escrever, é tornar o indivíduo capaz de ler e escrever. Conforme Freire (1983), a alfabetização é a criação ou a montagem da expressão escrita da expressão oral. (BRITO, s.d., p.5)

A história da alfabetização no Brasil se dá pelo número de registros sobre os altos índices de analfabetismo, no fracasso escolar nos primeiros anos de escolarização e o destaque avaliativo dos métodos de ensino da leitura e da escrita.

Segundo Mortatti (2015), com a universalização do ensino, na segunda metade do século XIX, as práticas de ensino foram sendo sistematizadas através de métodos e de cartilhas, as quais foram utilizadas com uma variedade de métodos que eram adotados. Conforme Mortatti (2000), o transcurso da história da alfabetização é marcado por disputas entre os métodos tradicionais e os modernos, enfatizados pelas orientações metodológicas para o ensino da leitura e da escrita no combate ao analfabetismo. A discussão em torno dos paradigmas da alfabetização articula-se aos estudos e análises sobre os diferentes métodos do ensino da língua escrita. (BRITO, s.d., p.6)

No trecho citado acima, notamos que, com a universalização do ensino, foram criados muitos métodos do ensino da língua escrita para o auxílio na construção da alfabetização. Alguns desses métodos são alvo de crítica por enfatizarem apenas os processos de codificação e decodificação utilizando a língua escrita como ferramenta didático-pedagógica. Entende-se que os métodos de alfabetização devem ter como eixo métodos analíticos e sintéticos. Os métodos analíticos abrangem a palavração, a sentencição e o global; os métodos sintéticos se encontram o alfabético, silábico e fônico. Esses dois métodos se firmam em pressupostos diferentes, notadamente, no que se refere ao ponto de partida para o processo de alfabetização. Fazendo assim, com que o processo de ensino de escrita no Brasil fosse complicado. Precisa-se ressaltar que o Brasil, por conta do alto índice de analfabetismo ao longo de sua história, tem/teve uma cultura de oralidade muito forte. Isso é uma forma de evidenciar que os sujeitos que pertençam a essa sociedade possam ter problemas com a escrita formal.

2. Oficina de Leitura e Produção Textual

A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma Unidade Técnico Científica da Fundação Oswaldo Cruz responsável pela coordenação e execução das atividades de ensino, pesquisa e cooperação técnica na área de Educação Profissional em níveis de Formação Inicial e Continuada e Técnico em Saúde. Em três décadas de existência, a EPSJV tem buscado construir e legitimar a finalidade para a qual foi criada: apoiar a educação profissional em saúde implementada nos estados e municípios do país.

O Projeto Político Pedagógico da escola se consolida e traduz de maneira singular as concepções e a organização das atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional da atual Direção da EPSJV. A instituição tem como compromisso maior: a Educação Profissional em Saúde, em nível técnico e de formação inicial e continuada, voltada para uma formação ética, política e técnica. Com essa finalidade, são realizados cursos e pesquisas, traçadas cooperações técnicas em níveis nacional e internacional.

A proposta do Projeto Político Pedagógico que a escola oferece é conceber a educação como projeto de sociedade. Nesse ponto de vista, é defensora de uma concepção politécnica que dialoga com as circunstâncias societárias e deixando explícita a sua concepção de mundo. Diante disto, é possível constatar que a escola busca dar uma maior autonomia para aqueles que estão cursando o Ensino Técnico, os docentes procuram abordar questões sociais e políticas fazendo com que estudantes possam ter uma visão crítica do mundo e a perceber diferentes perspectivas.

De acordo com tal fato, o componente curricular Oficina de Leitura e Produção Textual apresenta e aborda questões procurando fomentar no aluno um entendimento além dos textos, ter uma visão crítica e dispor de várias perspectivas. Este componente foi pensado em um período, mais especificamente no ano de 2011, quando a escola estava passando por várias oficinas com o intuito de uma reformulação na grade curricular do Curso Técnico Integrado ao Nível Médio em Saúde, no qual foram envolvidos todos os professores de todas as disciplinas tanto da parte técnica, quanto da parte da formação geral.

A Oficina de Leitura e Produção Textual foi pensada e criada de acordo com relatos de professores comentando sobre como os alunos estavam chegando na escola com uma certa dificuldade na escrita e na interpretação de enunciados (enunciados de prova, enunciados de exercícios), relatos não necessariamente só de professores da área de língua portuguesa, mas também de todas as disciplinas em modo geral.

Com a circunstância de pensar e propor uma reformulação na grade curricular e os comentários dito pelos professores, foi considerado oferecer esse componente curricular, que a princípio não foi pensado como disciplina, justamente para que fosse desenvolvido no aluno a capacidade de produção de texto. Em 2012 foi implementada a Oficina, tendo seu nome originalmente Oficina de Produção Textual (OPT).

Contudo, era perceptível que os alunos tinham problema de interpretação de enunciado, então se era sempre partido do texto para a produção escrita, como é que o aluno que tinha dificuldade na interpretação do texto e muitas vezes na própria interpretação do enunciado, iria conseguir realizar aquilo que era pedido para o mesmo fazer com o texto? Não podendo ser ignorada a questão de que também seria necessário trabalhar a questão da leitura e da interpretação, em 2013, as professoras Luciana Figueiredo (inglês), Viviane Soares (língua portuguesa) e Maria Inês Azevedo (língua portuguesa), passaram a denominá-la de OLPT (Oficina de Leitura e Produção Textual), surgindo assim este componente curricular.

A disciplina Oficina de Leitura e Produção Textual possui um caráter heterogêneo, em certa forma, funciona como um mecanismo que proporciona a interdisciplinaridade dos alunos e para que isso seja notado, existem alguns aspectos: Primeiro, é necessário que os alunos consigam distinguir a Oficina de um curso de redação, porque não vai ser ensinado macetes ou técnicas como geralmente se compreende, mas irá ser trabalhado conhecimento que o aluno já traz, conhecimentos de mundo que ele tem construído, outros aspectos que estão envolvidos na produção de texto para além meramente da produção cognitiva e linguística, mas que tem implicações também para a produção escrita.

O segundo aspecto é o fato da Oficina ser um componente curricular que não tem só professores da área de língua portuguesa, mas sim de outras áreas diversas, como ciências da natureza e ciências humanas. No caso da EPSJV, sempre foi pensado em mesclar áreas e conceitos para proporcionar a interdisciplinaridade. É um componente curricular que circula por todas as disciplinas, até porque compreende-se que se o aluno chega ao ensino médio com dificuldade de leitura e produção escrita não cabe exclusivamente ao professor de língua portuguesa trabalhar essa dificuldade, mas a todos os professores, afinal de contas todas as disciplinas envolvem a leitura e produção escrita.

O terceiro aspecto é que este componente curricular não possui um programa pronto, então ele vai se montando à medida que os alunos vão apresentando suas necessidades e também acaba abordando temas contemporâneos, trazendo para a sala de aula discussões sobre temas que estão em discussão na sociedade, por exemplo. Na Oficina são trabalhados diferentes temas, diferentes gêneros textuais (desde de letra de música a artigo de jornal, carta de leitores,

textos virtuais, vídeos), tudo isso contribui para que o aluno consiga entender esse componente curricular como um momento em que potencialmente várias disciplinas vão estar dialogando.

A história da Oficina apresentada acima está baseada na entrevista com a professora Luciana Maria da Silva Figueiredo, que atua como professora de inglês na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e atua também na disciplina OLPT desde 2012. De acordo com a professora, a Oficina auxilia muito os alunos, desde a escrita até a leitura crítica:

O que chamava muito atenção era justamente os alunos falarem de como eles não tinham a percepção de que eles não sabiam ler, mas não era ler mecanicamente, é ler criticamente, ou seja, além daquilo que está escrito. Conseguir identificar que para além do verbal tem o não verbal, um curso que contribui muito para isso e que em geral o aluno que entra no ensino médio, ele entra achando que texto é só aquilo que tem palavra, e na Oficina é trabalhado o não verbal (desde de que tipo de letra o texto está utilizando, a cor, organização das imagens, tipo de imagem, qual o lugar). Questão da argumentação, com rodas de conversa, grupos de alunos para defender tal perspectiva. A escuta atenta e tolerante, todos tinham que se ouvir na OLPT (círculo), acabou sendo importante ter uma organização espacial. (FIGUEIREDO, 2019)

No trecho acima, podemos observar que a Oficina de Leitura e Produção Textual proporciona muito além da leitura do texto, sendo necessário que tenhamos uma percepção de leitura crítica. Este componente faz com que os alunos atentem para os detalhes, pois são os mesmos que fazem a diferença, como por exemplo, identificar as escolhas lexicais de cada texto e para os textos não verbais as cores e a ideia de figura-fundo.

A Oficina abre espaço para debates e ajuda na questão tanto da argumentação, quanto da escuta atenta. Desta forma, o espaço onde são todos colocados em círculo acabou tendo uma importância muito grande para dinamizar o diálogo e fazer o exercício de escuta entre/pelos alunos.

Esta Oficina teve a participação de professores de Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Filosofia, Química, atualmente História e Espanhol. Com isso, podemos notar que esta disciplina consegue se encaixar com todas as outras e trazer conhecimento para dentro da sala de aula.

2.1 Análise de Dados

Neste capítulo serão apresentados os resultados das respostas referentes aos questionários aplicados nas turmas de 1º gerência, 1º análises clínicas, 1º biotecnologia, 4º gerência e 4º análises clínicas. Essas turmas foram escolhidas devido a Oficina ser um componente curricular que está presente somente no primeiro ano. Contudo, no quarto ano os questionários foram aplicados como uma forma de lembrete, ou seja, o que os alunos ainda

lembravam sobre a Oficina e se realmente este componente curricular ajudou na leitura crítica, na escrita e na interpretação dos enunciados.

Questionário para os alunos do 1º (gerência, análises e biotecnologia)

Observações importantes

- Antes de responder as questões, leia atentamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Se tiver de acordo em participar desta pesquisa, por favor, responda às seguintes questões.
- É importante esclarecer que não há respostas certas ou erradas. Procure responder as questões apresentadas de acordo com aquilo que você julga pertinente e adequado dentro do contexto de Ensino-Aprendizagem.

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Ano:
- Idade:
- Sexo: () feminino () masculino
- Técnico: () Análises Clínicas () Gerência em Saúde () Biotecnologia

- 1- O que é leitura para você?
- 2- O que é um bom leitor?
- 3- A escola constrói a habilidade de leitura crítica?
- 4- A escola constrói a habilidade da escrita?
- 5- A Oficina de Leitura e Produção Textual complementariza o conhecimento em outras disciplinas? () SIM () NÃO
- 6- A disciplina Oficina de Leitura e Produção Textual ajuda no processo de leitura e escrita? Como?

De acordo com as perguntas apresentadas no questionário, os alunos referentes ao primeiro ano, responderam da seguinte maneira:

- 1- *A leitura é uma forma de decodificar e compreender textos verbais e não verbais; A leitura é o ato de ler algo, mas não somente aos textos ou palavras, mas em tudo e todos; A leitura é um meio de aprender coisas novas; A leitura não é só entender um texto, mas também interpretar determinados temas; A leitura é a ação de ler algo;*
- 2- *Uma pessoa que destrincha o texto ao máximo; Uma pessoa que ao ler sabe interpretar e trabalhar a criatividade; Um bom leitor é aquele que consegue ao ler um texto adquirir o máximo de informação tornando possível uma interpretação mais crítica; Um bom leitor é aquele que lê de tudo, desde romance até receita de bolo; Um bom leitor é uma pessoa que sempre relê textos e livros, e está sempre procurando novos tipos textuais e gêneros; Alguém que consegue imergir em uma história;*
- 3- *Todos responderam que sim.*
- 4- *7 alunos responderam que sim, 1 aluno respondeu que não e 1 que mais ou menos pois embora incentive a escrita, sente falta de aulas de redação onde essa habilidade possa ser realmente trabalhada e não apenas imposta.*
- 5- *Todos responderam que sim.*
- 6- *Todos responderam que sim. Através de aulas práticas e comunicativas, onde se podem tirar dúvidas sobre alguma dificuldade no processo de leitura e escrita; As aulas de OLPT ajudam na escrita e leitura porque promovem várias redações, textos e debates sobre temas em pautas, e nos promovem um olhar mais crítico nas coisas a nossa volta; Ajuda em questões relacionadas a leitura crítica a partir das análises trabalhadas em sala, porém não muito em relação a escrita, visto que o foco da aula não tem sido a escrita dos alunos em si; Incentiva a ler mais; Nos tornando mais críticos sobre o mundo é possível interpretar melhor textos, com uma boa leitura se escreve melhor; Oferece uma gama de textos com temas diferentes e faz o aluno conhecer seu gosto pela literatura;*

Neste questionário aplicado para o 1º ano o que mais foi observado que muitos alunos ainda possuem a ideia de que leitura é somente aquilo que está escrito, ou seja, um texto. Contudo, temos alunos que responderam que a leitura está além do texto, que se encontra em tudo ou todos, ou seja, a leitura se encontra nos objetos e nas pessoas, tudo vai depender da forma que olhamos e interpretamos. Foi perguntado também o que seria um bom leitor e metade dos alunos souberam desenvolver bem esta pergunta e o que vale a pena observar que uma das respostas foi de acordo com um texto que foi passado na aula de Oficina e que também esteve presente nas aulas de língua portuguesa: “*Um bom leitor é uma pessoa que sempre relê textos e livros, e está sempre procurando novos tipos textuais e gêneros*”, essa resposta foi muito interessante, porque vimos que a Oficina ajuda sim os alunos e faz com que eles tenham uma visão mais ampla do que seria a leitura e o que seria ser um bom leitor. A partir da leitura e atividades escritas oferecida pela disciplina, observamos que os alunos acabam desenvolvendo uma relação íntima entre estas (leitura e escrita) e de acordo com a OCEM- Orientações Curriculares para o Ensino Médio, pode-se ainda dizer que, por meio das atividades de

compreensão e produção de textos, o sujeito fala de si mesmo e do mundo que o rodeia, o que viabiliza nova significação para seus processos subjetivos.

No questionário foi perguntado se a escola constrói tanto a habilidade de leitura crítica quanto a habilidade da escrita e todos responderam que sim em relação a leitura crítica, mas na escrita houve aluno que respondeu que não, 1 que sim e outro que mais ou menos pois sente a falta de aula de redação. Todos os alunos concordam que a Oficina complementariza o conhecimento de outras disciplinas, pois o que é aprendido na disciplina irá ajudar em questões futuras e que são sempre recorrentes na hora de ler um enunciado ou interpretar um texto.

Na opinião de todos, a Oficina funciona como uma disciplina que oferece suporte tanto no processo da leitura quanto no da escrita, promovendo aulas práticas e comunicativas, redações, textos e debates sobre temas em pautas e ajuda a ter um olhar mais crítico a tudo que está ao nosso redor.

Questionário para os alunos do 4º (gerência e análises)

Observações importantes

- Antes de responder as questões, leia atentamente o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Se tiver de acordo em participar desta pesquisa, por favor, responda as seguintes questões.
- É importante esclarecer que não há respostas certas ou erradas. Procure responder as questões apresentadas de acordo com aquilo que você julga pertinente e adequado dentro do contexto de Ensino-Aprendizagem.

IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO

- Ano:
- Idade:
- Sexo: () feminino () masculino
- Técnico: () Análises Clínicas () Gerência em Saúde

1- O que é leitura para você?

2- O que é um bom leitor?

3- A escola constrói a habilidade de leitura crítica?

4- A escola constrói a habilidade da escrita?

5- A Oficina de Leitura e Produção Textual complementariza o conhecimento em outras disciplinas? () SIM () NÃO

6- Como você percebe que a disciplina Oficina de Leitura e Produção Textual pode ter ajudado em relação a leitura e a escrita?

De acordo com as perguntas apresentadas no questionário, os alunos referentes ao quarto ano, responderam:

- 1- A leitura é um instrumento para entender o que está ao nosso redor, ou mesmo, o meio social; Leitura é poder ter acesso a outras perspectivas, outros pontos de vista; A leitura vai além de apenas decodificar um texto, é preciso compreendê-lo e entender a possibilidade de múltiplos significados ; A leitura é muito importante para*

a construção do ser humano, pois nos ajuda a articular melhor nossas ideias, a falar melhor e abre nosso pensamento; É o ato de interpretar e entender o texto escrito; Leitura é um fator importantíssimo, pois agrega no conhecimento de mundo, no senso crítico, além de me inteirar sobre assuntos diversos. Apesar disso tudo, ainda representa um momento de fuga da realidade, podendo descobrir outros mundos e se desligar dos problemas;

- 2- *É aquele que aprecia a leitura; Um bom leitor é a pessoa que ler bastante livros durante o ano, não importa o gênero, mas que lê bastante; Um bom leitor é aquele que pratica a leitura, independente da quantidade de textos; Um bom leitor é aquele que consegue fazer uma leitura crítica; Um bom leitor não é aquele que ler uma grande quantidade de livros/textos, mas sim, aquele (a) que entende os bons textos; Um bom leitor é aquele que saiba interpretar. Não precisa ser alguém alfabetizado para saber ler, qualquer pessoa pode ser um bom leitor, só basta saber entender o que se está lendo. Até porque leitura não precisa ser necessariamente só verbal, pode ser não verbal também;*
- 3- *5 alunos responderam que sim, pois a escola tem como tarefa debates sobre assuntos sociais e também sobre a leitura feito pelos alunos, consegue fazer com que o estudante construa uma capacidade de leitura crítica; As escolas no geral não desenvolvem essa habilidade nos alunos. No entanto, a EPSJV por ser uma escola diferenciada ela possibilita; A matéria de Oficina e linguagens principalmente constrói isso; 1 pessoa respondeu que a escola constrói mais uma habilidade de crítica da escrita;*
- 4- *5 alunos responderam que sim, pois a escrita é constantemente estimulada através de trabalhos; as matérias de linguagens exercem bastante isso; 1 pessoa respondeu que não é somente a escola que constrói, mas também o meio social;*
- 5- *Todos responderam que sim*
- 6- *A Oficina de Leitura e Produção Textual ajuda a ter um olhar mais crítico e interpretar um texto, e a como escrever de forma mais crítica e clara; A disciplina ajudou a partir da junção de exercícios e trabalhos que culminaram na construção de um olhar crítico; A disciplina ajudou a desenvolver a minha escrita e se percebe isso com a melhora no desenvolvimento em provas e agora construindo a monografia; A disciplina foi uma oportunidade de aprender como a escrita pode estar aonde não imaginamos (considerando o não verbal) e como podemos ter uma leitura crítica diante de algumas manchetes e jornais;*

Neste questionário aplicado ao 4º ano é possível notar a diferença entre as respostas comparando com as do 1º ano, pois aqui os alunos já tiveram um contato mais aprofundado com a Oficina e possuem uma melhor compreensão sobre o seu objetivo. Os alunos entendem que “*Leitura é um instrumento para entender o que está ao nosso redor, ou mesmo, o meio social*”, ou seja, a percepção de leitura vai ser formada em diferentes ambientes. Apesar de

ainda encontrar respostas onde a leitura só é vista como uma forma de texto, os alunos souberam desenvolver bem a questão mostrando que a Oficina realmente teve uma grande influência do que diz respeito a leitura e a escrita. Quanto a ser um bom leitor, os alunos afirmam que ser um bom leitor é praticar a leitura, independentemente da quantidade de textos e principalmente *“Não precisa ser alguém alfabetizado para saber ler, qualquer pessoa pode ser um bom leitor, só basta saber entender o que se está lendo. Até porque leitura não precisa ser necessariamente só verbal, pode ser não verbal também”*, nesta fala notamos o que é proposto pela disciplina, ou seja, todos somos leitores, porque o que nos faz ser bons leitores, não é somente o ato de decodificar o texto, mas como enxergamos para aquilo que está além, isto é, não se contentar apenas com algo superficial, mas buscar ter um olhar mais crítico e observar os pequenos detalhes desde as imagens até a cor, pois ao fazermos essa observação também estamos sendo bons leitores.

Na pergunta referente ao fato de se a escola constrói a habilidade de leitura crítica e escrita, 5 alunos responderam que a escola constrói sim a habilidade de leitura crítica e que isso se dá principalmente através da matéria de Oficina e Linguagens e 1 pessoa respondeu que a escola constrói mais uma habilidade crítica da escrita do que em si da leitura. Todos os alunos concordam que a escola através de trabalhos e avaliações discursivas consegue construir habilidades da escrita, mas que não é somente esta que constrói e que também o meio social influencia.

Assim como os alunos do 1º concordam que a Oficina complementariza o conhecimento em outras disciplinas, os alunos de 4º também concordam e isso também pode ser percebido pelo fato da Oficina ter tido participação de professores da disciplina História, Química, Filosofia, Matemática, Inglês e Língua Portuguesa. O interessante é que sempre pensamos que este trabalho deve se dar somente pelos professores de Língua Portuguesa, mas a verdade é que todas as disciplinas envolvem a produção de escrita e leitura.

No bojo das reflexões aqui desenvolvidas, ressalte-se que a assunção de uma postura interdisciplinar não é um movimento que se deva dar exclusivamente no âmbito da disciplina Língua Portuguesa, mas deve, sim, refletir uma opção metodológica orientadora do projeto político-pedagógico da escola. Nesse caso, trata-se de um projeto que aposta que a atividade de conhecer/aprender um dado objeto se pode organizar sistematicamente a partir de uma lógica que propicie que o objeto em foco seja construído/abordado por meio de diferentes lentes, isto é, a partir de diferentes olhares advindos do conjunto de disciplinas escolares que compõem o currículo ou de diferentes recortes advindos de áreas de conhecimento. (OCEM, 2006, p.27)

Os alunos entendem que a Oficina ajuda a ter um olhar mais crítico e a interpretar um texto, e a como escrever de forma crítica e mais clara, através dos trabalhos. A disciplina ajudou a ter um olhar mais crítico e principalmente ajudou a ter uma escrita melhor e que isso é perceptível na construção da monografia, provas e trabalhos.

2.2 Comparando os dois questionários:

O principal objetivo dos questionários aplicados era conseguir de certa forma compreender como se dá a interpretação ou o entendimento dos alunos em relação a Oficina de Leitura e Produção Textual, ou seja, o que eles entendem como principal objetivo da Oficina e como enxergam os conteúdos trabalhados na mesma e se de alguma maneira, todas essas questões (leitura, escrita, debates, vídeos) vão transcorrer por outras disciplinas.

Com toda essa análise de dados é possível ter a percepção que os alunos do 1º ano antes de terem a disciplina OLPT, entendem a leitura como apenas algo que está presente nos textos e que só se resume a isto, ou seja, ainda não possuem o entendimento de que a leitura é a forma como vemos alguém, a leitura é o ato de ampliarmos a nossa visão e perceber que está em todos os lugares, sendo ela em forma de texto ou não.

O mesmo questionário aplicado aos alunos de 1º ano foi aplicado aos de 4ºano, tendo sido mudado apenas a última pergunta. No 4º ano, vemos que a visão dos alunos em relação a Oficina se amplia, porque o objetivo da disciplina é justamente desenvolver nos alunos a capacidade da leitura crítica, a enxergar tanto o verbal, quanto o não verbal, analisar de forma aprofundada vídeos e imagens e criar debates para ajudar os alunos na argumentação.

Notamos também que apesar da Oficina ajudar tanto na escrita quanto na leitura, os alunos do 1º ano tiveram uma maior experiência com relação a leitura, enquanto os alunos 4º tiveram contato com ambas.

CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou a compreensão da importância entre a leitura e a escrita na vida dos jovens, além de ressaltar o papel fundamental que a escola e o professor devem ter durante esse processo de construção de conhecimento.

Todo o conteúdo trabalhado foi de extremo valor para esta monografia o que resultou em muitos pontos positivos, pois trouxe uma visão ampliada do que conhecemos sobre a leitura e a escrita, conhecimento sobre parte da história da educação no Brasil e como esta teve relevância até os dias atuais, a história sobre a constituição da disciplina de Língua Portuguesa que possibilitou e trouxe um conhecimento mais aprofundado e a abordagem sobre a história da criação do componente Oficina de Leitura e Produção Textual.

Este trabalho teve como base a Oficina, visto que o principal objetivo era apresentar essa disciplina como um componente curricular que desenvolve habilidades de leitura e escrita para os alunos, apresentando práticas pedagógicas diversificadas como vídeos, textos, debates e imagens utilizadas como forma de aprendizagem e para demonstrar como a leitura e a escrita estão inseridas em todos os contextos.

A abordagem metodológica deste projeto consistiu em leituras de livros e artigos referentes a escrita, leitura e educação, tendo sido também aplicado questionários com o intuito de ter uma melhor percepção sobre o que a Oficina de Leitura e Produção Textual significa para os alunos e qual é o olhar que eles possuem sobre a mesma.

O propósito deste trabalho é expressar para os jovens da sociedade a importância da escrita e da leitura, mas principalmente apresentar por exemplo, a ideia de que leitura não consiste apenas em leitura de textos, mas de tudo aquilo que está ao nosso redor, no qual podemos ter um olhar mais crítico.

REFERÊNCIAS:

Revolução de 1930 e a era Getúlio Vargas: histórico da educação no Brasil- Disponível em:

<<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/conteudo/revolucao/34885>

≥ Acesso em: 3 de outubro de 2019.

ARAÚJO, Ana Paula- Companhia de Jesus-Disponível em:

<<https://www.infoescola.com/educacao/companhia-de-jesus/>> Acesso em 22 de outubro de 2019.

PINTO, Tales- Jesuítas no Brasil Colônia-Disponível em:

<<https://escolakids.uol.com.br/historia/jesuistas-no-brasil-colonia.htm>> Acesso em 22 de outubro de 2019.

RAMOS, Jefferson- Padre José de Anchieta- Disponível em:

<https://www.suapesquisa.com/quemfoi/padre_jose_anchieta.htm> Acesso em 22 de outubro de 2019.

AZEVEDO, Rodrigo- A história da educação no Brasil: uma longa jornada rumo à universalização-Disponível em:<<https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/a-historia-da-educacao-no-brasil-uma-longa-jornada-rumo-a-universalizacao-84npcihyra8yzs2j8nnqn8d91/>> Acesso em 22 de outubro de 2019.

<https://www.dicio.com.br/alfabetizacao/>Acesso em 2 de dezembro de 2019

BARRETO, Luciana/BRAZ, Helena- RECORTES DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:

MISSÃO DOS JESUÍTAS, LIÇÕES DE COISAS E ESTADO NOVO- Revista Enfope: 10 encontro internacional de formação de professores- Disponível em:

<<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/viewFile/4807/1530>>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

BOAVENTURA, EM- A educação brasileira no período joanino- Salvador: EDUFBA, 2009

– Disponível em:<<http://books.scielo.org/id/4r/pdf/boaventura-9788523208936-08.pdf>>

Acesso em: 9 de dezembro de 2019.

BRITO, Juliana- HISTÓRIA DA ALFABETIZAÇÃO NO BRASIL: DO ENSINO DAS PRIMEIRAS LETRAS À PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA. Disponível em: <

<http://abalf.org.br/wp-content/uploads/2015/02/HIST%C3%93RIA-DA-ALFABETIZA%C3%87%C3%83O-NO-BRASIL-DO-ENSINO-DAS-PRIMEIRAS-LETRAS-%C3%80-PSICOG%C3%80-ANESE-DA-L%C3%80NGUA-ESCRIT.pdf>>

Acesso em: 2 de dezembro de 2019

Linguagens, códigos e suas tecnologias- Ministério da Educação Secretaria de Educação Média e Tecnológica- Brasília 2001. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/apresentacao1.pdf>>. Acesso em: 12 de novembro de 2019.

MARTINS, Maria Helena- O que é Leitura. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção primeiros passos; 74)

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Os sentidos da alfabetização. São Paulo: Editora UNSP: CPNED, 2000.

NETO, Alexandre/ MACIEL, Lizete- O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões- Educar, Curitiba, n. 31, p. 169-189, 2008. Editora UFPR Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11.pdf>>. Acesso em: 30 de novembro de 2019.

ORLANDI, Eni P. Terra à vista — Discurso do confronto: velho e novo mundo. São Paulo, SP. Ed: Cortez. Ano 1990

PIETRI, Émerson- Sobre a constituição da disciplina curricular de língua portuguesa- Revista Brasileira de Educação v. 15 n. 43 jan./abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n43/a05v15n43.pdf>>. Acesso em: 29 de outubro de 2019.

RIBEIRO, Paulo- História da educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1993000100003>. Acesso em: 3 de outubro de 2019.

SANTOS, Carmelice- BREVE HISTÓRIA DA LEITURA NO BRASIL: OS LIVROS, AS TENSÕES E OS SABERES NA COLÔNIA (SÉC. XVIII). Disponível em: <http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anais17/txtcompletos/sem17/COLE_1267.pdf>. Acesso em: 5 de novembro de 2019.

Sebastião Fontineli França- Uma visão geral sobre a educação brasileira- Integração, V. 1, 2008. Disponível em: <http://ssystem08.upis.br/repositorio/media/revistas/revista_integracao/educacao_brasileira.pdf>. Acesso em: 22 de outubro de 2019.

SILVA, André- O Ensino de Língua Portuguesa; Disponível em:

<<https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=4L9xDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA7&dq=como+%C3%A9+constituída+a+disciplina+língua+portuguesa&ots=GcW0IeOS-H&sig=3KZp12sSB7di62MFC-jJC7vkxvg#v=onepage&q=como%20%C3%A9%20constituída%20a%20disciplina%20língua%20portuguesa&f=false>> Acesso em: 29 de outubro de 2019.

SOARES, Magda- Português na Escola- Edições Loyola, São Paulo/Brasil- 2 edição: agosto

de 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=I3Le_CLkXSkC&oi=fnd&pg=PA155&dq=como+%C3%A9+constituída+a+disciplina+de+língua+portuguesa&ots=nbmTo_zCVM&sig=Rx6ovk7OpMUeziNr-I604HpE1MQ#v=onepage&q=como%20%C3%A9%20constituída%20a%20disciplina%20de%20língua%20portuguesa&f=false>. Acesso em: 29 de outubro de 2019.

ZILBERMAN, Regina- A Leitura no Brasil- Disponível em:

<<https://www.unicamp.br/iel/memoria/projetos/ensaios/ensaio32.html>>. Acesso em: 5 de novembro de 2019.